

## ESCOLHAS CONTÁBEIS: ANÁLISE DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES ANTES E APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS

### ACCOUNTING CHOICE: INVENTORY ACCOUNTING CHOICE ANALYSIS BEFORE AND AFTER IFRS ADOPTION

Adolfo Henrique Coutinho e Silva<sup>1</sup>  
Thiago Medeiros de Souza Barranco<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do estudo foi identificar os métodos de avaliação de estoques adotados pelas sociedades anônimas de capital aberto após a implementação do IFRS, bem como analisar os determinantes econômicos para a escolha do método de avaliação utilizado. A revisão da literatura tratou da Teoria Positiva da Contabilidade e da Hipótese Ricardiana, podendo incluir, nestas, as escolhas contábeis referentes ao método de avaliação dos estoques; e o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 – Estoques (2009), fruto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Após coleta manual das informações nos relatórios anuais do período entre 2007 e 2011, constatou-se que quase a totalidade das empresas adotou o método de avaliação dos estoques pelo custo médio ponderado. Diante deste fato, optou-se pela adoção da metodologia de estudo de caso para análise da motivação das escolhas contábeis para o caso identificado como excepcional. Os resultados observados permitem afirmar que a escolha do método de avaliação de estoques pelo custo médio ponderado adotado pelas empresas em geral está consistente com a hipótese da redução da carga tributária (planejamento fiscal), diante do cenário econômico vigente no período estudado. Para a única empresa que adotou o método PEPS, que atua no setor químico, observa-se que apenas o Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa ajuda na compreensão do motivo de escolha da referida prática contábil. Os resultados apresentados estão consistentes com literatura estudada e apresentam informações relevantes sobre as práticas contábeis utilizadas pelas empresas brasileiras.

**Palavras-chave:** métodos de avaliação de estoque; práticas contábeis; Teoria Positiva de Contabilidade; normas internacionais de contabilidade.

**Abstract:** *The aim of this paper was to identify valuation inventory methods adopted by publicly traded corporations after IFRS implementation, as well to analyze the economic determinants for the choice of valuation method used. The literature review addressed the theories used in accounting choices explanation (specially the Positive Theory of Accounting and Ricardian Hypothesis), including the accounting choices regarding valuation inventory methods; and Accounting Standard CPC 16 (2009), about inventories, the result of convergence to international accounting standards. After manual search*

---

<sup>1</sup> Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP (2008). Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Contador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Av. Pasteur, 250 - sala 242 - Praia Vermelha, Urca. CEP: 22.290-240. Rio de Janeiro – RJ. [asilva@bndes.gov.br](mailto:asilva@bndes.gov.br)

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Av. Pasteur, 250 - sala 242 - Praia Vermelha, Urca. CEP: 22.290-240. Rio de Janeiro – RJ. [barranco.thiago@yahoo.com.br](mailto:barranco.thiago@yahoo.com.br)

*in the annual reports, it was found that almost all companies analyzed adopted the valuation inventory method of weighted average cost. In this way, it was decided to adopt the methodology of multiple case study to analyze the motivation of accounting choices for cases identified as exceptional. The results allowed that weighted average cost adoption by companies in general is consistent with the hypothesis of reducing tax burden (tax planning), observed the current economic scenario. For the only company that has adopted the FIFO method, which belongs to the chemical sector, it is observed that the positive accounting theory is not applicable and the Ricardian Principle of Comparative Advantage is the best explanation for the adoption of this accounting method differentiated. The results presented are consistent with the literature review and presents relevant background information.*

**Keywords:** *valuation inventory methods; accounting practices; Accounting Positive Theory; international accounting standards.*

## 1 Introdução

No Brasil, a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em função do processo de adequação às normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) oferece ao meio acadêmico a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas atinentes às novas práticas contábeis, inclusive sobre os métodos de avaliação de estoques em contexto contemporâneo.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 7)<sup>1</sup>, com obrigatoriedade de aplicação a partir de 2010, os estoques que se enquadrem como itens de difícil intercâmbio e bens ou serviços produzidos com fins pré-determinados devem ter seu custo atribuído pelo uso do critério da identificação específica. Os demais estoques, que não se enquadrem na definição anterior, terão seu custo atribuído pela utilização do critério de avaliação *Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS)* ou pelo critério do *custo médio ponderado*, sendo responsável, a empresa, por utilizar o mesmo critério para todos os estoques de natureza e finalidade semelhantes. A adoção do critério de valoração *Último que Entra, Primeiro que Sai (UEPS)* não é permitida pelas normas contábeis internacionais e pelo Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques.

Em relação ao aspecto fiscal, o Decreto n. 3.000/99 estabelece que as mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado serão avaliados pelo *custo de aquisição* e os produtos em fabricação e acabados serão avaliados pelo *custo de produção*. Adicionalmente, estabelece que o valor dos bens existentes no encerramento do período de apuração poderá ser o *custo médio* ou o dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente, admitida, ainda, a avaliação com base no *preço de venda, subtraída a margem de lucro*. Ressalta-se que a Medida Provisória n. 627/13, que trata dos efeitos fiscais decorrentes das novas práticas contábeis estabelecidas pela Lei n. 11.638/07, não trouxe nenhuma alteração nos critérios fiscais de mensuração de estoques.

Com base neste contexto, a pesquisa tinha como objetivo a análise dos métodos de avaliação dos estoques adotados pelas empresas anônimas de capital aberto após a implementação do IFRS. Depois da realização do levantamento preliminar, verificou-se que apenas uma *única* empresa utilizava o método de avaliação PEPS. Diante de tal situação peculiar fixou-se o seguinte objetivo para a presente pesquisa, qual seja: *Analisar as motivações e os determinantes econômicos para a escolha do método PEPS de avaliação de estoques adotado pela*

*empresa de capital aberto*. Por se tratar de um caso único e especial, a análise qualitativa, através da metodologia de estudo de caso, é a mais adequada.

O presente estudo é relevante em função da: (a) escassez de estudos referentes ao tema no âmbito nacional; (b) relevância do método de avaliação de estoque nas empresas comerciais, e para algumas empresas industriais, no Brasil, bem como (c) a importância de compreender os motivos que influenciam as escolhas contábeis realizadas pelas empresas diante das conjunturas econômica e financeira das companhias analisadas.

O restante do estudo foi dividido da seguinte forma: na seção 2 foi revisada a literatura pertinente à abordagem da análise. Na seção 3 encontra-se a metodologia aplicada ao estudo, contendo a forma de seleção das empresas, a coleta de dados e a sua respectiva análise. A seção 4 contém a apresentação e análise dos resultados. E por fim, na seção 5, foram desenvolvidas as considerações finais do artigo.

## 2 Referencial Teórico

O referencial teórico discute as motivações dos administradores para adoção de determinadas práticas contábeis, especialmente quanto aos métodos de avaliação de estoque permitidos pelas normas contábeis vigentes no período em análise.

### 2.1 Motivações para as escolhas de práticas contábeis

A teoria positiva da contabilidade ("*Positive Accounting Theory*") por Watts e Zimmerman (1990) enfatiza os papéis principais da Teoria da Contabilidade: prever, entender e explicar as práticas contábeis. Usualmente apoiada no método indutivo e baseando-se em conceitos da teoria econômica, como a teoria da agência<sup>2</sup>, procura estabelecer hipóteses que devem ser testadas antes de chegar a conclusões parciais (IUDÍCIBUS, 2006).

Desta forma, de acordo com Iudícibus e Lopes (2004), essa teoria tem por objetivo explicar e prever as decisões pelas práticas contábeis, partindo do pressuposto que, em função da existência de interesses individuais e da influência que podem exercer sobre as decisões pessoais, tais práticas serão, em determinados momentos, movidas por conveniências.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 139), na relação entre agente e principal estabelecida pela Teoria da Agência<sup>3</sup>, que subsidia a Teoria da Positividade da Contabilidade, pode ser observado um problema causado por informação incompleta. A título de exemplo pode-se mencionar o fato de o proprietário não possuir meios suficientes para observar as ações do administrador ou até mesmo o simples desconhecimento das preferências de seus administradores. Problemas como estes são denominados Assimetrias Informativas<sup>4</sup>.

Dentre as escolhas de práticas contábeis usualmente analisadas pode-se observar a presença dos métodos de avaliação de estoques que, quando utilizados adequadamente em determinadas situações econômicas, podem corroborar resultados obtidos pelos administradores e esperados pelos proprietários.

De acordo com Watts e Zimmerman (1990), na Teoria Positiva da Contabilidade, as escolhas das práticas contábeis podem ser explicadas por três hipóteses: (a) hipótese dos planos de incentivo; (b) hipótese do nível de endividamento; e (c) hipótese dos custos políticos.

Quanto às escolhas contábeis provenientes de plano de incentivo nas empresas privadas, Silva e Sancovski (2007, p. 3) evidenciam que, quando estes incentivos são destinados aos administradores responsáveis pelos resultados, os administradores (agentes) tendem a adotar práticas contábeis que otimizem o resultado, o que proporcionará maior bem-estar a eles. Adicionalmente, para as empresas mais endividadas (ou com *covenants* contábeis

em contratos de dívida que restringem o endividamento), espera-se que as empresas realizem escolhas práticas contábeis que aumentem o lucro e o patrimônio líquido para evitar o aumento de endividamento (e a violação dos *covenants*). Por outro lado, as empresas com maior exposição política (devido às características do setor, importância econômica da empresa ou tipo de atividade desenvolvida) tendem a escolher práticas contábeis que minimizem o resultado para reduzir sua exposição política.

No que diz respeito às escolhas de práticas contábeis, Ronen e Yaari (2008) esclarecem que estão presentes, a todo o momento no gerenciamento de resultados, diferentes escolhas de práticas contábeis. Dentre estas: a escolha do método de mensuração regulamentado pela norma vigente como, por exemplo, os métodos de avaliação de estoques permitidos pelo CPC 16, que trata dos critérios de avaliação de estoques.

Gonedes (1979) esclarece que as diferentes formas de avaliação dos estoques podem modificar os valores presentes das empresas e que duas situações determinarão a influência a ser exercida sobre tais práticas contábeis. São elas: (a) companhias nas quais os gestores adotam práticas contábeis consonantes com a hipótese (equivalência) Ricardiana e que apresentam alguns indicadores homogeneamente, tais como produções e características de investimentos, devem adotar o mesmo método de avaliação dos estoques; e (b) empresas com situação diversa da anterior, com características de investimentos e produções heterogêneas, e que sejam geridas com o intuito de maximização dos resultados utilizarão o Princípio Ricardiano de Vantagem Comparativa. O Princípio Ricardiano de Vantagem Comparativa (*Ricardian Principle of Comparative Advantages*) é um princípio econômico que se refere à capacidade de uma pessoa ou país produzir determinado bem ou serviço a um custo menor em detrimento de outro.

O Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa aplicado na contabilidade pode ser interpretado de duas formas distintas, quais sejam: (a) escolha de métodos contábeis que permitam a redução dos custos tributários, hipótese Ricardiana para empresas com características de investimento e produção homogêneas; e (b) escolhas de práticas contábeis diferentes referentes à adoção dos métodos de avaliação dos estoques quando as empresas possuem características e produção heterogêneas.

## 2.2 Estudos anteriores

A análise dos estudos anteriores permitiu identificar diversas pesquisas que abordaram a diferença entre critérios de valoração de estoque ao longo dos anos, antes mesmo da implementação do IFRS<sup>5</sup>.

Lee e Hsieh (1985) elaboraram um estudo que explora os motivos que influenciam as empresas quanto às práticas contábeis de valoração de estoque, especialmente no caso PEPS e UEPS. Os autores evidenciam três possíveis motivos influenciadores da escolha contábil referente à valoração dos estoques: (a) os custos políticos; (b) os custos de agência; e (c) divergentes produção e características de investimento. Os autores afirmam que os gestores tendem a escolher os métodos de valoração de estoques principalmente com o intuito de minimizar custos fiscais, em consonância com o Princípio Ricardiano de Vantagem Comparativa (terceira hipótese). Lee e Hsieh (1985) utilizaram amostra de 799 empresas, tendo 127 companhias adotado o UEPS e 672, o PEPS, como método de avaliação de estoques. Os resultados da análise univariada não apoiaram a hipótese de custo de agência, mas sim as demais como influenciadoras da escolha contábil em questão. Por conseguinte, os resultados (da análise multivariada) apresentaram maior consistência com a Hipótese Ricardiana.

No mesmo ano, em sua pesquisa, realizada com testes de análises univariadas e multivariadas baseadas em período de dois anos com altos índices de inflação, Hunt III (1985) chegou a algumas conclusões sobre as variáveis influenciadoras do método a ser adotado quanto aos critérios de valoração dos estoques das empresas componentes da amostra: as companhias que optaram por não adotar o UEPS não estavam relacionadas a quaisquer tipos de compensação explicitamente vinculados às remunerações dos funcionários; e as empresas que utilizaram o UEPS estavam menos propensas a um aumento do endividamento a longo prazo, ao contrário das empresas que, de maneira resistente, permaneciam a adotar o PEPS e encontravam-se com índices financeiros mais próximos de restrições que violassem dívidas pré-existentes.

Posteriormente, Hughes e Schwartz (1988) explicaram, baseados na teoria da sinalização e partindo do pressuposto de que os gestores possuem informações privadas sobre perspectivas de futuro das empresas, que só existirá um equilíbrio entre as práticas contábeis demonstradas quanto à avaliação do estoque e as informações privadas quando a situação da empresa for favorável. Os autores também informam que a adoção do PEPS e UEPS representa, respectivamente, uma situação favorável da empresa por não ter que minimizar despesas com impostos e a necessidade de economia das companhias.

Gul (2001), em seu estudo, afirma que empresas com baixo crescimento/alto fluxo de caixa e alto endividamento estão mais propensas a agir de acordo com os interesses dos acionistas, que buscam a maximização dos resultados.

Importante ressaltar que, apesar de diversos estudos internacionais abordarem as diferenças entre a adoção de determinado critério de valoração de estoque, tais pesquisas foram focadas na dualidade “PEPS x UEPS” (ou “FIFO x LIFO”) com ênfase nas práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América.

Já no âmbito nacional, não foram localizados estudos com foco na análise específica dos métodos de avaliação de estoques que abrangessem o processo de adequação às normas internacionais. Entretanto, ressalta-se o estudo desenvolvido por Scariot (2011), que explanou sobre a conformidade das práticas contábeis em relação ao Pronunciamento Técnico CPC 16, objetivando um enfoque diferente deste estudo em desenvolvimento.

Em suma, é possível identificar, através de estudos anteriores, que a adoção dos métodos de avaliação de estoques está intimamente relacionada com a Teoria Positiva de Contabilidade anteriormente exposta, já que tal escolha contábil reflete informações de determinados agentes envolvidos neste processo e que devem ser analisadas determinadas características das empresas a fim de aplicação de outros princípios, como o princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa. Nota-se também que a utilização do UEPS foi intensificada nos períodos de altos índices de inflação do país em questão nos estudos, onde as empresas poderiam minimizar os custos com os impostos e otimizar os resultados a cada exercício, desconsiderando o proposto pela sinalização de Hughes e Schwartz (1988).

### **2.3 Mensuração de estoque e os critérios de valoração (CPC n. 16)**

A norma internacional que trata dos critérios de valoração de estoque é o Pronunciamento Técnico CPC 16 que foi desenvolvido com base na norma internacional *International Accounting Standard* (IAS) 2. Quanto à definição de estoques, o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 3) regulamenta que “estoques são ativos: a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; b) em processo de produção para venda; ou c) na forma de

materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.” (Pronunciamento Técnico CPC 16 R1, 2009, p. 3).

O Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 4, grifos nossos) determina que “os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de *custo* ou pelo *valor realizável líquido*, dos dois o menor”. Também determina que o valor de custo do estoque inclua todos os custos provenientes da aquisição e transformação dos estoques.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 7), os estoques que se enquadrem como itens de difícil intercâmbio e bens ou serviços produzidos com fins pré-determinados devem ter seu custo atribuído pelo uso do critério da identificação específica. Os demais estoques, que não se enquadrem na definição anterior, terão seu custo atribuído pela utilização do critério de avaliação *Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS)* ou pelo critério do *custo médio ponderado*, sendo responsável, a empresa, por utilizar o mesmo critério para todos os estoques de natureza e finalidade semelhantes.

O CPC prevê, no item 27 do Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 8), o procedimento para com a adoção dos critérios de valoração PEPS e média ponderada:

O critério *PEPS (Primeiro a entrar, Primeiro a Sair)* pressupõe que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em estoque no fim do período sejam os mais recentemente comprados ou produzidos. Pelo *critério do custo médio ponderado*, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada em base periódica ou à medida que cada lote seja recebido, dependendo das circunstâncias da entidade. (Pronunciamento Técnico CPC 16 R1, 2009, p. 8, grifos nossos)<sup>6</sup>

Na Comparação entre Práticas Contábeis, quanto aos critérios de valoração de estoques, no Brasil e nos Estados Unidos da América, somente neste último é permitida a adoção do critério de valoração do *Last in, First Out (LIFO)* ou *Último que Entra, Primeiro que Sai (UEPS)*, desde que também seja adotado para fins fiscais (KPMG, 2006). A adoção deste critério de valoração não é permitida pelas normas contábeis internacionais, bem como não é permitida no Brasil após adoção das normas internacionais. Segundo o documento emitido pelo IASB, *Basis for Conclusions on IAS 2* (documento complementar ao IAS), a utilização do método de avaliação UEPS não é um procedimento aceito de acordo com as normas do CPC e do IASB. O IASB justifica que o método UEPS não é uma representação confiável dos fluxos reais de estoques.

O Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999, estabelece que as mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado serão avaliados pelo custo de aquisição (art. 293) e os produtos em fabricação e acabados serão avaliados pelo custo de produção (art. 294). Adicionalmente, estabelece que o valor dos bens existentes no encerramento do período de apuração poderá ser o custo médio ou o dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente, admitida, ainda, a avaliação com base no preço de venda, subtraída a margem de lucro (art. 295)<sup>7</sup>. Ressalta-se que a Medida Provisória n. 627, de 11 de novembro de 2013<sup>8</sup>, não trouxe nenhuma alteração nos critérios fiscais de mensuração de estoques. Percebe-se que a partir da implementação da norma internacional, a permissão de escolha dos critérios de avaliação de estoques das normas contábeis e da legislação fiscal passam a ser compatíveis.

Cabe ressaltar ainda que o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 10) regulamenta que as demonstrações contábeis, dentre outras informações, devem divulgar: (a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados; (b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade; (c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos da venda.

Notadamente, a permissão, pelo órgão regulador, da escolha da prática contábil de avaliação de estoques pode ocasionar uma maior dificuldade de comparabilidade entre as demonstrações contábeis de empresas do mesmo setor de atividade. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 101), a *comparabilidade* (característica qualitativa de melhoria da informação contábil, conforme a Estrutura Conceitual Básica do IASB) consiste na qualidade da informação que habilitará os usuários a identificar as semelhanças e diferenças entre duas ou mais empresas. A fim de executar esta qualidade da contabilidade, se faz necessária a presença de outros elementos correlatos a este conceito. São eles: a uniformidade e a consistência. Hendriksen e Breda (1999, p. 102) esclarecem ainda que, por uniformidade, subentende-se que eventos idênticos são representados de modo semelhante. Assim, quando da apresentação das demonstrações contábeis das empresas, desde que observada certa uniformidade na elaboração, a comparabilidade se tornaria mais viável. Já a consistência está intimamente relacionada com a longevidade dos conceitos e procedimentos contábeis entre períodos. Em linhas gerais, pode-se dizer que seria desejável que empresas do mesmo setor adotassem as mesmas práticas contábeis de modo a possibilitar uma análise comparativa por parte dos investidores e demais usuários da informação contábil.

### 3 Metodologia

#### 3.1 Seleção das empresas para análise

Com base na análise das empresas não financeiras de capital aberto, com registro ativo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com relatórios anuais arquivados neste órgão, buscou-se identificar o método de avaliação dos estoques adotados pelas empresas.

A tabela a seguir indica a quantidade de empresas analisadas e a forma de avaliação de estoques utilizada obtida através do levantamento realizado.

**Tabela 1 – Companhias integrantes da amostra no exercício de 2010**

#### Painel 1 – Composição das Empresas Analisadas

|   |            |              |
|---|------------|--------------|
| Quantidade de empresas registradas e ativas na CVM <sup>(1)</sup>   | 309        | 100,0%       |
| ( - ) Empresas que não possuem estoques                             | 62         | 20,1%        |
| ( - ) Empresas que não evidenciaram o método de avaliação utilizado | <u>46</u>  | 14,9%        |
| <b>Quantidades de empresas na amostra</b>                           | <b>201</b> | <b>65,0%</b> |

#### Painel 2- Método de Avaliação de Estoques adotado

|   |     |       |
|---|-----|-------|
| Companhias que avaliam seus estoques pelo método da média ponderada | 153 | 76,1% |
| Companhias que utilizam outros métodos de avaliação de estoques     | 1   | 0,5%  |
| Companhias que utilizam o método misto                              | 1   | 0,5%  |

|                                      |            |               |
|--------------------------------------|------------|---------------|
| Método de avaliação não identificado | 46         | 22,9%         |
| <b>Total</b>                         | <b>201</b> | <b>100,0%</b> |

**Nota:** (I) Companhias que apresentaram relatórios anuais entre o período de 2007 a 2010. Informações pesquisadas no site da Comissão de Valores Mobiliários em maio de 2011.

Observa-se, na tabela anterior, que 46 empresas não informaram o método utilizado quanto ao critério de valoração dos estoques, o que representa aproximadamente 22,9% das empresas. A ausência de indicação do método de avaliação de estoques é encarada como uma indicação da adoção do custo identificado de cada unidade de estoque, sendo a escolha do método de avaliação desnecessária.

Adotando como ano base para tal verificação o exercício social de 2010, foi possível identificar, através de Notas Explicativas constantes dos Relatórios Anuais, duas empresas que utilizaram práticas contábeis diferentes da maioria das empresas selecionadas, sendo uma do setor industrial químico (método PEPS) e outra do setor de petróleo e gás (método misto), conforme classificação do Sistema Econômica ©.

É importante mencionar que o ano de 2010 foi o primeiro exercício em que as normas internacionais de contabilidade foram aplicadas integralmente no Brasil. Destaca-se ainda que, nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, nenhuma das empresas de capital aberto divulgou fato relevante (ou comunicado ao mercado) no site da Comissão de Valores Mobiliários sobre a alteração de suas práticas contábeis de avaliação de estoques.

O estudo de caso consiste na análise da **única** empresa de capital aberto brasileira que avalia seus estoques pelo método Primeiro a Entrar Primeiro a Sair - PEPS (empresa A). Para fins de comparação, foi selecionada uma outra empresa (empresa B), que atua no mesmo setor de atividade e possui o mesmo porte (total de ativos), que utilizava o método do custo médio ponderado para avaliação de estoques.

A empresa que adota o critério misto de avaliação de estoques foi desconsiderada pelos seguintes motivos: (a) a empresa tem por objeto social a distribuição de gás canalizado sendo supervisionada por uma agência reguladora estadual (Estado de São Paulo). Nos setores regulados as empresas não possuem, em geral, poder discricionário para escolha de práticas contábeis; (b) O saldo de estoques é pouco representativo em relação aos ativos totais (menos de 0,03%), sendo que a empresa atua em um setor onde os níveis de estoque são mínimos. Destaca-se que a empresa adota o método PEPS para o saldo de gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) e o método custo médio para os itens em almoxarifado; e (c) ausência de empresas a serem utilizadas como *benchmark* para análise da empresa em função de as empresas do setor de distribuição de gás não terem suas práticas regulamentadas de maneira padronizada entre os estados da federação.

### 3.2 Coleta e análise dos dados

A principal fonte de dados utilizada na pesquisa foi o relatório anual do exercício de 2010 (disponíveis no site da CVM em maio de 2011). O período analisado foi o compreendido entre os exercícios sociais de 2007 e 2011<sup>9</sup>, no qual se torna possível a análise dos dados referentes às práticas contábeis quanto ao método adotado no critério de valoração de estoques e também as consequências do processo de adequação às normas contábeis internacionais, que apresentou a necessidade de observância do Pronunciamento Técnico CPC 16 a partir do exercício social de 2010. Destaca-se que o período analisado compreende um ano antes da implementação do IFRS (2007), dois anos de transição (2008 e 2009 – aplicação da Lei n.

11.638/07) e dois anos após a implementação do IFRS (2010 e 2011 – *full IFRS*). Notadamente, com a implementação do IFRS, a novidade fica apenas pela restrição da adoção do método UEPS, conforme fixado no Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques.

Faz-se necessária a ressalva de que a análise dos dados desenvolvidos por este estudo tem natureza predominantemente qualitativa, considerando que o material avaliado foi o apresentado pelas empresas em seus relatórios anuais. No decorrer da pesquisa buscou-se fazer contato com a empresa objeto de análise. Infelizmente, o e-mail encaminhado não foi respondido. De qualquer modo, é importante destacar que o resultado de uma eventual entrevista também apresenta limitações, pois representaria apenas a percepção do entrevistado, bem como poderia apresentar alguns vieses na resposta apresentada face a natureza do objeto de estudo (escolhas contábeis).

## 4 Análise do Caso

### 4.1 Aspectos gerais do setor e da empresa analisada

A fim de contextualização do estudo, faz-se necessária uma visão geral do setor a ser analisado: o industrial químico. O setor da indústria química possui relevante expressão no mercado industrial nacional e internacional. De modo geral, tal setor está relacionado a elevados indicadores econômicos, bem como alta produtividade, em função da essencialidade dos produtos deste segmento da indústria nas atividades humanas (GALEMBECK et al., 2007, p. 1413).

Algumas outras informações apresentam relevância quanto à contextualização desta análise, ora iniciada. Uma destas é a regulação à qual o setor pode estar submetido, o que pode influenciar as práticas contábeis das empresas. O setor industrial químico não é regulado por uma agência específica.

Sociedade anônima de capital aberto e com ações negociadas na BM&FBovespa, a Companhia A (que adota o método PEPS) possui domicílio no Brasil, com sede instalada na cidade de São Paulo. A área de atuação da empresa é na produção e comercialização de resina PET para embalagens, fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil, ácido tereftálico purificado (PTA) e polímeros de poliéster reciclados, assim como a prestação de serviços vinculados a tais atividades. Essa atuação se processa por meio de suas controladas.

A seguir, com a finalidade de evidenciar o disposto nas Notas Explicativas da empresa analisada (Companhia A), relacionam-se informações sobre as práticas contábeis referentes aos métodos de custeio e critérios de valoração adotados apresentados no relatório anual:

*Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em andamento, que são valorizadas ao custo acumulado individual. O custo de produção é apurado segundo o método de absorção total de custos industriais. (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2007 – Notas Explicativas, grifos nossos) (similar à nota apresentada no exercício de 2008).*

*Os estoques são demonstrados ao método “PEPS” – primeiro a entrar, primeiro a sair, para a controlada M&G Polímeros Brasil S.A. e ao custo médio para as demais controladas. Esses custos são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em*

andamento, que são valorizadas ao custo acumulado individual. [...] *Em 2009, a Controlada M&G Polímeros S.A mudou a prática contábil de valoração dos estoques de custo médio (os quais eram demonstrados ao custo médio das compras ou da produção) para o método "PEPS" - primeiro a entrar, primeiro a sair, que consiste na avaliação das matérias primas pelo valor mais recente de aquisição e o produto acabado pelo custo mais recente de produção. Os efeitos desta mudança de prática não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, para fins de comparação. (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2009 – Notas Explicativas, grifos nossos).*

*Os estoques são avaliados pelo método "PEPS" – primeiro a entrar, primeiro a sair. Esses custos são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em andamento que são valorizadas ao custo acumulado individual. (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2010 – Notas Explicativas, grifos nossos).*

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar a cada produto a sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

*Matérias-primas – custo de aquisição segundo o método "PEPS" – primeiro a entrar, primeiro a sair.*

*Produtos Acabados e elaboração – custos dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2011 – Notas Explicativas, grifos nossos).*

A Companhia B (que adota o método do custo médio), por sua vez, ao longo de quatro décadas de atuação, vem expandindo suas atividades no setor industrial químico, no qual atua desde a sua constituição com a participação acionária em indústrias químicas e demais companhias. As ações da Companhia B também são negociadas na BM&FBovespa. Em relação à empresa B, adotada para fins de comparação, destaca-se a seguir o texto constante nas Notas Explicativas representante dos exercícios sociais de 2010 e 2011.

*Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período. As peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência." (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA B, 2010 – Notas Explicativas, grifos nossos) (similar à informação do Relatório Anual no exercício social de 2011).*

Observadas as notas explicativas dos exercícios sociais compreendidos entre o ano de 2007 e 2011 das Companhias, observa-se que ambas as empresas se adequaram aos padrões das normas contábeis conforme as mudanças nas regulamentações nacionais e internacionais.

Expostos os fatos, pode-se constatar a evidência de duas sociedades anônimas de capital aberto atuantes sob diferentes formas no setor industrial químico e que fazem uso de práticas contábeis diversas no que diz respeito ao critério de valoração de estoque.

#### 4.2 Análise do caso

A fim de possibilitar a análise do caso com informações que permitam comparar com a empresa selecionada para análise de referência, bem como para os padrões do setor, conforme seu contexto econômico, a seguir a Tabela 2 evidencia a evolução de algumas medidas e indicadores contábeis pertinentes a este estudo.

**Tabela 2 – Indicadores Contábeis das Empresas do Setor Industrial Químico**

**Painel 1 – Representatividade dos estoques na Indústria Química**

| Estoque em Relação ao Ativo em % <sup>(I)</sup> |             |              |              |              |              |
|---|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Empresa   | 2007        | 2008         | 2009         | 2010         | 2011         |
| A   | 0,0         | 0,0          | 14,4         | 16,6         | 20,9         |
| B   | 1,5         | 0,0          | 0,1          | 0,5          | 0,8%         |
| <b>Média</b>                                    | <b>7,64</b> | <b>11,34</b> | <b>11,76</b> | <b>11,52</b> | <b>12,62</b> |
| C   | 8,5         | 20,0         | 20,0         | 25,6         | 27,3         |
| D   | 0,0         | 0,0          | 15,7         | 9,9          | 10,1         |
| E   | 15,7        | 20,0         | 13,0         | 13,3         | 15,8         |
| F   | 5,0         | 4,2          | 3,3          | 2,9          | 3,8          |
| G   | 9,0         | 12,5         | 6,8          | 5,9          | 6,1          |

| Margem Bruta em % <sup>(II)</sup> |              |             |             |              |              |
|-----------------------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| Empresa                           | 2007         | 2008        | 2009        | 2010         | 2011         |
| A                                 | 100,0        | 100,0       | 11,3        | 19,3         | 13,8         |
| B                                 | 6,7          | 1,1         | 40,1        | 38,7         | 38,8         |
| <b>Média</b>                      | <b>18,73</b> | <b>16,3</b> | <b>15,9</b> | <b>16,62</b> | <b>17,38</b> |
| C                                 | 6,1          | -2,5        | 5,8         | 7,5          | 22,7         |
| D                                 | -            | -           | 7,4         | 7,4          | 7,2          |
| E                                 | 22,9         | 19,7        | 13,3        | 17,3         | 11,5         |
| F                                 | 30,1         | 31,6        | 36,6        | 33,2         | 30,7         |
| G                                 | 15,8         | 16,4        | 16,4        | 17,7         | 14,8         |

**Painel 2 – Giro dos estoques na Indústria Química**

| Prazo Médio de Estocagem em dias <sup>(III)</sup> |                |                |                |                |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Empresa   | 2007           | 2008           | 2009           | 2010           | 2011           |
| A   | -              | -              | 0,45728        | 0,53224        | 0,62933        |
| B   | 0,18045        | 0,00000        | 0,06950        | 0,07725        | 0,08760        |
| <b>Média</b>                                      | <b>0,38265</b> | <b>0,63735</b> | <b>0,47440</b> | <b>0,44902</b> | <b>0,48025</b> |
| C   | 0,50985        | 1,04930        | 1,04235        | 1,15822        | 1,21165        |
| D   | -              | -              | 0,07611        | 0,07969        | 0,08031        |
| E   | 0,35385        | 0,47098        | 0,52485        | 0,31727        | 0,39270        |
| F   | 0,29767        | 0,33483        | 0,33465        | 0,33148        | 0,36810        |
| G   | 0,36922        | 0,69428        | 0,39403        | 0,35846        | 0,34848        |

**Nota:** (a) Dados contábeis consolidados e calculados a partir de informações extraídas do Demonstrativo Financeiro Padrão (DFP) das empresas, disponíveis no site da CVM. Acesso em 19/05/2012. (b) A empresa "A" corresponde à empresa que utiliza o método PEPS e a empresa "B" corresponde à empresa que adota o método de média ponderada. (c) Para fins de comparação foi apresentada média simples do setor

considerando as demais empresas. O setor de atividade foi obtido com base nos dados da Economia (c). (d) Estoque em Relação ao Ativo: Estoques/Ativo  $t-1$ . (e) Margem Bruta: Lucro Bruto/Receita Líquida. (f) Prazo Médio de Estocagem: (Estoques/Compras Anuais/360)  $\times$  1000.

Ao se analisar a Tabela 2, pode-se observar que o setor industrial químico possui indicadores contábeis não tão homogêneos. Isto se deve a diversos fatores, entre eles (a) o porte das empresas e (b) o setor de atuação específico da empresa pertencente à indústria química. A adoção de prática de avaliação de estoques diferente pela empresa "A" prejudica a comparabilidade com as demais empresas do setor em função da representatividade dos estoques no setor de atividade analisado.

Pela análise da Tabela 2, observa-se que as empresas "A" e "B", embora possuam o mesmo porte, apresentam indicadores bem distintos, tanto na proporção de seus estoques quanto no prazo médio de estocagem em dias. A empresa analisada (que adota o método PEPS para avaliação de estoques) possui as seguintes características: (a) menor representatividade dos estoques em relação ao total de ativos; e (b) maior giro dos estoques. Tais características indicam uma situação operacional bem distinta da empresa se comparada com as demais empresas do setor.

**Tabela 3 – Evolução de Indicadores Contábeis das Empresas Analisadas**

| Painel 1 – Indústria Química |           | (R\$ em milhares) |           |           |           |  |
|------------------------------|-----------|-------------------|-----------|-----------|-----------|--|
| Empresa A (Método PEPS)      | 2007      | 2008              | 2009      | 2010      | 2011      |  |
| Ativo Total                  | 1.553.446 | 1.623.729         | 1.524.175 | 1.576.525 | 1.714.944 |  |
| Patrimônio Líquido           | 347.077   | 196.229           | 267.259   | 259.447   | 187.319   |  |
| Resultado Líquido            | 68.639    | 175.209           | (11.468)  | (7.812)   | (72.128)  |  |
| Dividendos Destinados        | -         | -                 | -         | -         | -         |  |
| Estoques em relação ao ativo | 0,0%      | 0,0%              | 14,4%     | 16,6%     | 20,9%     |  |
| Margem Bruta <sup>(I)</sup>  | 100,0%    | 100,0%            | 11,3%     | 19,3%     | 13,8%     |  |
| ROA <sup>(II)</sup>          | 21,1%     | 64,3%             | -1,3%     | -0,5%     | -4,4%     |  |
| ROE <sup>(III)</sup>         | 21,2%     | 64,5%             | -4,9%     | -3,0%     | -32,3%    |  |
| Empresa B (Média Ponderada)  | 2007      | 2008              | 2009      | 2010      | 2011      |  |
| Ativo Total                  | 2.301.991 | 1.983.227         | 6.597.112 | 1.099.445 | 889.822   |  |
| Patrimônio Líquido           | 1.232.041 | 1.834.464         | 343.807   | 374.087   | 381.293   |  |
| Lucro Líquido                | 144.981   | (152.311)         | (655.525) | 30.296    | 4.448     |  |
| Dividendos Destinados        | 42.253    | 17.813            | 12.550    | -         | -         |  |
| Estoques em relação ao ativo | 1,5%      | 0,0%              | 0,1%      | 0,5%      | 0,8%      |  |
| Margem Bruta <sup>(I)</sup>  | 6,7%      | 1,1%              | 40,1%     | 38,7%     | 38,8%     |  |
| ROA <sup>(II)</sup>          | 7,8%      | -9,1%             | -17,2%    | 0,8%      | 0,4%      |  |
| ROE <sup>(III)</sup>         | 12,3%     | -9,9%             | -60,2%    | 8,4%      | 1,2%      |  |

**Nota:** Dados contábeis consolidados extraídos do Demonstrativo Financeiro Padrão (DFP) das empresas, disponíveis no site da CVM. Acesso em 19/05/2012. (I) Margem Bruta: Lucro Bruto/Receita Líquida. (II) ROA – *Return on Assets* (Retorno sobre ativos): Lucro Líquido/(( Ativo  $t$  + Ativo  $t-1$ )/2). (III) ROE – *Return on Equity* (Retorno sobre patrimônio): Lucro Líquido/(( PL  $t$  + PL  $t-1$ )/2).<sup>10</sup>

Observando os dados da tabela anterior, nota-se que as empresas "A" e "B", pertencentes ao mesmo setor, o industrial químico, apresentam semelhança quanto ao porte, haja vista os valores de seus ativos e patrimônios líquidos, não obstante demonstrarem

variações significativas nos indicadores (a) percentual dos estoques em relação ao ativo total, (b) margem bruta e (c) rentabilidade (ROA e ROE), em função das diferenças quanto às características de cada uma.

Ainda utilizando o “princípio da comparabilidade”, observou-se que as Empresas “A” e “B” praticam métodos de avaliação distintos dentro do mesmo setor de atuação econômica. Adicionalmente, é possível verificar que a empresa “A”, que avalia seus estoques pelo PEPS desde 2008, apresenta níveis de estoques de maior relevância em matéria de valores reais, o que submete a alterações mais significantes quando da adoção de um método de avaliação de estoque dissonante dos demais. A representatividade do saldo de estoques não é significativo na empresa “B”.

Como observado anteriormente no referencial teórico, três hipóteses iniciais se mostram como possíveis motivos para tal prática contábil, de acordo com a Teoria Positiva da Contabilidade: (a) o custo político; (b) os *covenants* contratuais (especialmente, neste estudo, aqueles relacionados com nível de capital de giro); e (c) os bônus de administradores.

Como mencionado, os custos políticos podem influenciar as práticas contábeis mais conservadoras pelas empresas para reduzir possíveis riscos de intervenção econômica por parte do governo. Apesar de ter números expressivos em determinadas companhias que predominam no campo econômico, o setor industrial químico não possui naturalmente um custo político ao ponto de influenciar a decisão de selecionar o método de valoração de estoque. Este setor não é crítico quanto à exposição política, de acordo com o contexto externo observado cotidianamente pela sociedade. Há de considerar também que, adotar a premissa de custo político como justificativa para a adoção de certa prática contábil envolveria uma quebra de função quando relacionada à Teoria da Agência, em que os administradores maximizam o resultado da empresa em troca de remuneração por parte dos acionistas, segundo o exposto por Hendriksen e Breda (1999).

Quanto aos *covenants* contratuais, dentre as companhias analisadas, ressaltam-se os apresentados pela Empresa A que, de acordo com os relatórios anuais, vem cumprindo adequadamente as cláusulas contratuais de seus compromissos de financiamentos, incluindo a de manutenção do índice de dívida de uma de suas controladas<sup>11</sup>, o que afasta a motivação de certa prática contábil em função deste fator.

No que tange ao bônus dos administradores, este estaria envolvido com os Planos de Incentivos. Fato inquestionável é que os administradores possuem informações privadas das empresas que os subsidiam nas aplicações de determinadas práticas contábeis. Na hipótese considerada neste ponto, segundo Silva e Sancovschi (2007), os administradores buscariam métodos de avaliação de estoques que proporcionassem maior compensação futura a eles. Entre as empresas analisadas, verificou-se que nenhuma delas efetua pagamento, em dinheiro ou em ações, de bônus aos administradores. Logo, tal hipótese pode ser afastada na explicação da escolha do método de avaliação de estoques.

Há de se ressaltar que a hipótese de diferentes práticas contábeis em função da hipótese do custo político para a empresa analisada pode ser descartada, já que foi constatado que o setor industrial químico não sofre regulação de práticas contábeis pelas Agências Reguladoras, bem como não apresenta grande propensão à intervenção governamental.

A ideia de minimizar cargas tributárias, segundo a hipótese Ricardiana para empresas com características de investimento e produção homogêneas, se mostra mais adequada às empresas que possuem estoques significativos e com baixa rotação em períodos com altas taxas inflacionárias, já que o impacto de uma redução fiscal resultaria em maior economia de

recursos. Há de se mencionar também que tal teoria está intimamente relacionada com períodos de alta inflação, quando a minimização de despesas tributárias apresenta maior coerência. No Brasil, a utilização do UEPS não é permitida nem para motivos de economia fiscal nem segundo as normas contábeis societárias (após implementação do IFRS), restando então, como método mais próximo de redução de cargas tributárias, a média ponderada móvel, que se aplicaria melhor a períodos de altas inflacionárias, em contrapartida ao método PEPS<sup>12</sup>.

Para empresas com características e produção heterogêneas como no setor em análise, o Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa parece explicar melhor a escolha de uma prática contábil diferente pela empresa "A". A empresa "A" utiliza práticas contábeis que, de acordo com a produção e características de investimento, adotam escolhas que proporcionem melhores resultados em detrimento de outros possíveis a determinado momento.

Na empresa "A" é possível observar que, apesar do aumento da relevância do saldo de estoques de 2007 a 2011, nos anos de 2009, 2010 e 2011 a empresa apurou prejuízo. Isto é, a utilização do método de custo médio ponderado (que é o padrão utilizado pelo setor químico) somente levaria a aumentar o prejuízo da empresa, bem como não traria nenhum benefício fiscal direto.

É evidente que a utilização de uma prática contábil menos conservadora (PEPS) permitiu que a empresa não apresentasse um prejuízo significativo nos exercícios de 2009 a 2011, fato que ajuda a compreender a adoção de uma prática contábil diferente da adotada no setor químico.

Segundo o exposto por Gonedes (1979), empresas com produção e características de investimentos heterogêneas e que adotam o Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa, tendem a adotar métodos de avaliação de estoques distintos, como acontece neste estudo.

Ressalta-se ainda que determinadas empresas, em função da pequena contribuição de seus estoques para com o resultado do exercício e sistemática adotada pela maioria das empresas de capital aberto no mercado nacional, utilizam a média ponderada móvel como uma tendência a ser adotada no que tange aos métodos de avaliação de estoques.

## 5 Considerações Finais

O objetivo do estudo foi analisar as motivações e os determinantes econômicos para a escolha do método PEPS adotado pela única empresa de capital aberto brasileira que utiliza tal critério de avaliação de estoques.

Considerando, com base no levantamento realizado, que quase a totalidade das empresas analisadas adotaram o método de avaliação dos estoques pelo custo médio ponderado, optou-se pela adoção da metodologia de estudo de caso para análise da motivação das escolhas contábeis para o caso identificado como excepcional.

Os resultados obtidos através da coleta de dados deste estudo e apresentados ao longo da análise dos casos demonstram que procedimentos contábeis referentes à valoração dos estoques do setor químico, e das empresas em geral, encontram-se em tendência de utilização do método de custo médio ponderado, que em períodos inflacionários seria capaz de reduzir de maneira mais eficaz as despesas tributárias em comparação ao PEPS, já que o UEPS não é permitido segundo determinação do CPC 16 e pelas normas fiscais.

Constatou-se, através deste estudo, que, dentre as teorias analisadas, as teorias Positiva da Contabilidade e a da Agência não justificam a prática contábil da empresa quanto à adoção do método de avaliação de estoques, uma vez que não foram observados planos de incentivo

(plano de remuneração variável vinculado aos números contábeis) e *covenants* (cláusulas restritivas) contratuais nos contratos de dívidas que justificassem a adoção de uma prática contábil diferente, bem como um baixo risco de intervenção governamental (de custo político) no setor industrial químico.

As empresas analisadas do setor industrial químico optam por métodos de avaliação que possam obter melhores resultados em detrimento de quaisquer outros mais negativos naquele momento.

Para empresas com características e produção heterogêneas como no setor em análise, o Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa parece explicar melhor a escolha de uma prática contábil diferente pela empresa analisada (empresa "A"). A empresa analisada utiliza práticas contábeis que, de acordo com a produção e características de investimento, proporcionam melhores resultados em detrimento de outros possíveis a determinado momento. Apesar do aumento da relevância do saldo de estoques no período analisado, a empresa analisada apurou prejuízo nos anos de 2009, 2010 e 2011. Isto é, a utilização do método de custo médio ponderado (que é o padrão do setor) somente levaria a aumentar o prejuízo da empresa, bem como não traria nenhum benefício fiscal adicional.

É evidente que a utilização de uma prática contábil menos conservadora (PEPS) permitiu que a empresa não apresentasse um prejuízo significativo nos exercícios de 2009 a 2011, fato que ajuda a compreender a adoção de uma prática contábil diferente da adotada no setor químico. É importante lembrar que Silva e Sancovski (2007) também argumentam que as empresas podem ter incentivos para escolher práticas contábeis menos conservadoras nos períodos em que os resultados são negativos, pois pode não existir incentivo para reduzir ainda mais os resultados apresentados.

Segundo o exposto por Gonedes (1979), empresas com produção e características de investimentos heterogêneas podem adotar métodos de avaliação de estoques distintos conforme sugerido pelo Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa. Tal princípio apresenta-se como uma explicação alternativa válida para explicar a escolha peculiar de avaliação dos estoques realizada pela empresa estudada. O Princípio da Vantagem Comparativa também é compatível com os argumentos apresentados por Silva e Sancovski (2007).

A explicação obtida para tal argumento se dá pelo fato de a empresa continuar a adotar o PEPS em períodos de resultados líquidos negativos. Segundo referencial teórico, este método permite à companhia maximizar seus resultados, o que proporcionaria à Empresa "A" reverter os resultados negativos que obteve nos últimos anos.

Assim, notadamente, no que diz respeito aos métodos de avaliação de estoques, conclui-se que, no Brasil, a predominância é do método da média ponderada e que demais casos possuem caráter esporádico e amparo em decisões baseadas em instruções reguladoras e/ou na liberdade das práticas contábeis previstas em lei que as empresas possuem, sempre objetivando o crescimento da companhia quando da inexistência de custos políticos.

As principais contribuições deste estudo são: a) apresenta evidências sobre o tratamento contábil dispensado aos estoques de acordo com a relevância deste na empresa; b) apresenta evidências quanto à implementação do IFRS e alterações significantes instituídas por ele; e c) evidencia aspectos qualitativos das práticas das companhias aqui analisadas.

Dentre as principais limitações do estudo, ressalta-se: (a) a impossibilidade de realização de entrevistas com os profissionais responsáveis pela contabilidade da empresa analisada, conforme comentado na metodologia da pesquisa; e (b) a avaliação subjetiva

(qualitativa) das razões que levaram a empresa analisada a ser a única empresa a utilizar o método PEPS para avaliação de seus estoques.

Para futuras pesquisas recomenda-se ampliar o levantamento, verificando, dentre as empresas de capital fechado, se tal situação é similar ao observado dentre as empresas de capital aberto, isto é, predominância do método de custo médio ponderado para avaliação dos estoques.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999*. Regulamento do Imposto de Renda. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm). Acesso em 15/01/2014.

BRASIL. *Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111638.htm). Acesso em 15/01/2014.

BRASIL. *Medida Provisória n. 627, de 11 de novembro de 2013*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/Mpv/mpv627.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Mpv/mpv627.htm). Acesso em 15/01/2014.

CHAN, B. L.; MARTINS, G. de A.; SLOMSKI, V. Distribuição do Valor Adicionado: Comparação Entre Empresas Estatais e Privadas do Setor de Serviços Públicos. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, III, São Paulo: 2003. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, outubro de 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *CPC 16 (R1) – Estoques*. Disponível em <http://www.cpc.com.br/>. Acesso em 29/03/2012.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em 08/05/2012.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31 (1), 255–307, 2001.

GALEMBECK, F.; SANTOS, A. C. M. dos; SCHUMACHER, H. C.; RIPPEL, M. M.; ROSSETO, R. Indústria Química: evolução recente, problemas e oportunidades. *Química Nova*, 30 (6): 1413-1419, 2007.

GONEDES, N. J. *Accounting Techniques and Firms Equilibrium Values: Tax Methods and The LIFO/FIFO Choice*. Working paper, University of Pennsylvania. Philadelphia, 1979.

GUL, F. A. Free Cash Flow, debt-monitoring and manager' LIFO / FIFO policy choice. *Journal of Corporate Finance*, 7 (4): 475-492, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. Van. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HUGHES, P.; SCHWARTZ, E. The LIFO-FIFO choice: an asymmetric information approach. *Journal of Accounting Research*, supplement: 41-58, 1988.

HUNT III, H. G. Potential determinants of corporate inventory accounting decisions. *Journal of Accounting Research*, 23 (3): 448-467, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 22/05/2012.

IFRS – *International Financial Reporting Standards. Technical Summary International Accounting Standard (IAS) 2 – Inventories*. 2012. Disponível em [http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/7258B97A-6276-4867-A79F-3FBD91F\\_53AB6/0/IAS2.pdf](http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/7258B97A-6276-4867-A79F-3FBD91F_53AB6/0/IAS2.pdf). Acesso em 03/04/2012.

ISI Emerging Markets. *A euromoney institutional investor company*. Disponível em <http://www.securities.com/>. Acesso em 09/05/2012.

IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de; LOPES, A. B. *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2004.

KPMG Auditores Independentes. *Comparações entre Práticas Contábeis*. 2006. Disponível em [http://www.kpmg.com.br/publicacoes/dpp/estoques\\_web.pdf](http://www.kpmg.com.br/publicacoes/dpp/estoques_web.pdf). Acesso em 03/04/2012.

LEE, C. J.; HSIEH, D. A. Choice of inventory accounting methods: comparative analyses of alternative hypotheses. *Journal of Accounting Research*, 23 (2): 468-485, 1985.

RONEN, J.; YAARI, V. *Earnings Management: emerging insights in theory, practice and research*. [S.l.]: Springer, 2008.

SCARIOT, F. Estudo multicaso de conformidade de avaliação, mensuração e divulgação de estoques em relação ao CPC 16 das Normas Brasileiras de Contabilidade. *Revista e-ESTUDANTE – Eletronic Accounting and Management*, 3 (3), 2011. Disponível em <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/issue/view/64>. Acesso em 19/05/2012.

SILVA, A. H. C.; SANCOVSCHI, M. Mudança de práticas contábeis em Empresas Privatizadas: Estudo de caso no segmento de serviços públicos de distribuição de gás. In: CONGRESSO ANPCONT, 2, Gramado/RS. *Anais do Congresso Anpcont*, 2007.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: a ten year perspective. *The Accounting Review*, 65 (1): 131-156, 1990.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## Notas:

---

<sup>1</sup> O Pronunciamento Técnico CPC 16, promulgado em 2009, encontra-se na versão R1, que indica a sua primeira revisão, em função do aprimoramento das normas ao longo de suas aplicações.

<sup>2</sup> Na Teoria da agência, os agentes comprometem-se a realizar certas tarefas para o principal; e este se compromete a remunerar o agente. Situação análoga à teoria pode ser observada na relação entre administradores e proprietários (HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 139).

<sup>3</sup> Silva e Sancovschi (2007) esclarecem que a teoria da agência tem apresentado maior predominância na aplicação das análises das relações entre administradores e proprietários.

<sup>4</sup> Cabe a ressalva de que o primordial na relação entre agente e principal é o conflito na maximização do interesse de cada uma das partes, quando observada a assimetria informacional (CHAN; MARTINS; e SLOMSKI, 2003, p.18).

<sup>5</sup> Há alguns anos têm sido desenvolvidos estudos que versam sobre a escolha dos métodos de avaliação de estoques nas empresas. No início, predominavam estudos que abordavam apenas o método de avaliação de estoques isoladamente (LEE e HSIEH, 1985), ao passo que, atualmente, os estudos objetivam a análise de múltiplas escolhas contábeis (FIELDS et al., 2001). Destaca-se que a maior parte dos estudos identificados foram realizados em um período e contexto bastante diferentes do observado atualmente no Brasil.

<sup>6</sup> Ressalta-se que, de fundamental importância para este estudo, é o conhecimento de que o método de avaliação UEPS (LIFO) foi proibido pela IAS 2 quando da revisão desta norma. De acordo com a *Basis for Conclusion* do IAS 2, a adoção do UEPS foi coibida em função de: (a) geralmente não representar fluxos reais de estoque que demonstrem confiabilidade; (b) ser utilizado para obtenção de benefícios fiscais e sua prática estar relacionada aos preços e índices inflacionários; e (c) não representar realmente um método sistemático.

<sup>7</sup> Vide os detalhes dos critérios de avaliação de estoques e o custo dos bens e serviços fixados nas subseções III e IV, respectivamente, da lei.

<sup>8</sup> A Medida Provisória n. 627, de 11 de novembro de 2013, alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e revogou o Regime de Tributação de Transição (RTT), instituído pela Lei n. 11.941, de 27/05/2005.

<sup>9</sup> Também foi incluído na análise o ano de 2011 em função da disponibilidade dos dados no momento da pesquisa.

<sup>10</sup> O ano de 2010 corresponde ao período de aplicação integral dos Pronunciamentos Técnicos do CPC. Os anos de 2009 e 2008 representa um período de transição no qual foram utilizadas as práticas contábeis previstas na Lei n. 11.638/07. E, por fim, no ano de 2007 eram utilizadas práticas contábeis segundo a Lei n. 6.404/76.

<sup>11</sup> O financiamento de dívida da controlada da Empresa A ocorreu no ano de 2008, o mesmo ano de mudança do método de avaliação dos estoques.

<sup>12</sup> Observada a conjuntura econômica do país no período analisado, entre os anos de 2007 a 2011, constata-se que a taxa de inflação encontra-se em níveis considerados baixos para a situação econômica brasileira em comparação ao histórico nacional do IPCA (índice oficial do Governo Federal para mensurar metas inflacionárias).